

DOSSIÊ

As conexões e as dinâmicas atlânticas
na formação do mundo moderno

APRESENTAÇÃO

Eduardo Santos Neumann*

Jonas Moreira Vargas**

Renata Dal Sasso Freitas***

Entre os dias 5 e 7 de novembro de 2014, o Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA–UFRGS) foi palco do Seminário Internacional Conexões Atlânticas – evento promovido pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e organizado por nós, juntamente com o colega Luiz Alberto Grijó. O Seminário pretendeu ser um espaço de debates sobre a história brasileira entre os séculos XVI e XIX, a partir de perspectivas historiográficas recentes que tratassem das múltiplas dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais mais globais, com ênfase nas inter-relações entre as sociedades atlânticas – Europa, África e as Américas. Entendíamos que era um momento mais do que necessário para tais reflexões e debates, uma vez que o número de professores e estudantes brasileiros no exterior aumentava a cada ano, implicando em uma intensa troca de ideias e experiências acadêmicas com pesquisadores estrangeiros. Além disso, de uma realidade em que a nossa história era unicamente objeto de estudo de pesquisadores europeus e norte-americanos, os últimos anos nos revelavam um sentido inverso, pois numerosos grupos de historiadores brasileiros cada vez mais pesquisavam a história dos países latino-americanos, da Europa medieval e moderna e das sociedades africanas, entre outras. Portanto, o Seminário buscou oferecer uma oportunidade para pensarmos os mencionados caminhos até então percorridos e as possibilidades de pesquisa abertas às gerações futuras.

Historiadores e historiadoras nacional e internacionalmente renomado(a)s conferenciaram ao longo dos três dias, revisitando

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

** Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

*** Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

antigos debates reanimados à luz de novas pesquisas, e propondo novos enfoques analíticos sobre diferentes temáticas. Carlos Alberto Sánchez e Giovanni Levi trataram da *Atlantic History*, suas contribuições, seus desafios e seus limites analíticos; João Paulo Pimenta, Ana Frega, Gabriel Di Meglio e Jose Carlos Chiaramonte proferiram suas falas a respeito do processo de Independência no sul da América e suas conexões políticas com o outro lado do Atlântico; Marcus Carvalho, Paulo Moreira e Eduardo França Paiva relacionaram a escravidão africana com o tráfico transatlântico e às dinâmicas de mestiçagem; João Luís Fragoso e Ana Volppi Scott refletiram sobre as migrações, as relações familiares e o uso das fontes paroquiais para o estudo do Brasil colonial; Tiago Luís Gil e Maria Fernanda Martins palestraram a respeito das estratégias sociais das elites luso-brasileiras no século XVIII; e Angela Alonso tratou das redes de relações e do papel dos mediadores no movimento abolicionista internacional no século XIX. Neste sentido, o presente Dossiê foi pensado não apenas como um capítulo final do Seminário que obteve um grande sucesso de público, como também um outro espaço para propiciar novas reflexões a respeito do tema, visto que o número de pesquisas inspiradas pelo mesmo continua crescendo.

Nos últimos anos, a grande repercussão internacional de algumas matrizes historiográficas que apostam nas abordagens e métodos de análise em escala mais global é notável. A “Global History”, por exemplo, tem pautado coletâneas, debates em periódicos e temáticas de eventos no mundo todo. Contudo, no que diz respeito à história das sociedades ocidentais, a chamada “Atlantic History” também atraiu uma série de investigadores preocupados com a chamada “formação” do mundo moderno entre os séculos XV e XIX. Fruto de uma iniciativa da parte de um grupo de historiadores da Universidade Johns Hopkins, liderados por Jack Greene, os mesmos adotaram o Atlântico como campo de investigação e promoveram um amplo e dinâmico grupo de pesquisa que reunia metodologias interdisciplinares e uma perspectiva comparativa. Uma das propostas do grupo era fugir do molde imperial ou nacionalista das análises anteriores, atravessando divisas e fronteiras e estudando os movimentos das pessoas, de animais, de plantas e

mercadorias, com fins de reconstituir o ir e vir de costumes, ideias, estilos e artes. Ao reunir estudiosos de várias disciplinas, as novas pesquisas contribuíram para a criação de uma nova perspectiva e uma aproximação original das facetas do Atlântico e da inter-conectividade dos povos que habitavam as costas dos continentes banhados pelo mesmo oceano.

Não demorou muito e estes ventos começaram a soprar para os lados do Brasil. Dialogando com estas e outras correntes historiográficas, um número significativo de pesquisas proporcionou uma profunda revisão de interpretações clássicas a respeito de temas ligados tanto à América portuguesa quanto ao Brasil monárquico. Por ocasião destas recentes perspectivas, a constituição da sociedade colonial tem sido entendida nos quadros do Império português e sob uma comparação mais complexa com outras realidades coloniais do período. O maior número de estudos escritos por africanistas possibilitou uma melhor compreensão da escravidão, do tráfico atlântico e das sociedades neles envolvidas sob uma perspectiva multiculturalista, valorizando, cada vez mais, a história da África e a sua importância para a compreensão da história do Brasil. A história dos povos originários também se viu renovada, apresentando importantes contribuições a partir de um diálogo mais aproximado com a Antropologia e a Arqueologia. As diferentes sociedades escravistas do atlântico, as migrações em escala mais global, as diversas elites locais forjadas em economias agrárias e mercantis, seus espaços de atuação e suas estratégias e a possibilidade de compará-las umas com as outras tem oferecido uma visão do passado muito mais complexa do que há 40 anos. Com relação aos aspectos políticos e econômicos, a preocupação em vincular a crise do Antigo Regime europeu com o processo de independência das colônias americanas e as distintas trajetórias institucionais dos Estados constituídos durante a “Era das Revoluções” com o avanço do capitalismo e a desagregação das economias escravistas tem crescido bastante. Em suma, pode-se dizer que a configuração de um mosaico social e econômico tem se tornado cada vez mais claro aos pesquisadores que buscam estudar realidades históricas circunscritas regionalmente sem perder de vista as dimensões atlânticas em que as ditas sociedades estavam envolvidas.

Não se pode dizer que estas preocupações estavam totalmente ausentes em pesquisas realizadas antes dos anos 1970. Contudo, a renovação historiográfica posterior pautou os novos estudos a partir de referenciais teóricos e metodológicos distintos. Escapando da rigidez estruturalista e dos postulados caros à Teoria da Dependência, a perspectiva atlântica das décadas posteriores trazia consigo um maior protagonismo dos agentes históricos, dialogando com uma história vista de baixo, e trazendo para o centro das atenções estudos referentes ao papel dos indígenas, dos escravos, dos libertos, dos homens livres pobres, das mulheres de todas as classes sociais, em diferentes enfoques. As noções de “Centro” e “Periferia”, “Metrópole” e “Colônia”, “Colonizadores” e “colonizados” foram revistas. Neste sentido, os antes chamados “povos sem história” também foram contemplados e a sua ação social foi encarada como ingrediente cultural fundamental na constituição das sociedades atlânticas do mundo moderno. Para tal empreitada, novas fontes documentais foram descobertas e novos métodos em história social disseminaram-se entre os historiadores que buscam a comparação de resultados gerais sem deixar de atender à riqueza das trajetórias individuais. O presente Dossiê reúne seis artigos e todos eles são tributários de parte dessas reflexões e debates.

Carlos Alberto Sanchez estuda o profundo impacto do descobrimento e da conquista da América no imaginário dos europeus do século XVI. Sevilha é destacada como a grande metrópole do século e, ao lado de Lisboa, tornou-se o eixo que coordenava as dinâmicas políticas e econômicas atlânticas daquele novo mundo. Por fim, o autor advoga a necessidade de se praticar uma “nova história atlântica” que integre o Mundo Atlântico em um contexto mais amplo da história global. Uma história que integre todas as Américas (espanhola, portuguesa, inglesa, francesa e holandesa) e que supere uma historiografia empenhada em destacar apenas as diferenças e disparidades. Neste sentido, critica vertentes que enfatizam a excepcionalidade do caso norte-americano que exhibe o sucesso do norte frente ao fracasso do sul, trazendo para o debate interpretações que defendem que a colonização puritana da Nova Inglaterra foi, também, uma continuação dos modelos ibéricos e não um capítulo de ruptura na história do período.

Rubens Leonardo Panegassi analisa o contexto intelectual que caracterizou a formação do mundo moderno enquanto espaço de circulação de ideias e juízos diversos. Para tanto, o autor recupera o senso de ordem social próprio do imaginário europeu da primeira modernidade a partir de diferentes registros literários produzidos no contexto do Renascimento ibérico. Tais registros remeteriam ao ideário do cristianismo primitivo – referência intelectual coerente aos propósitos espirituais da mundialização levada a cabo pelos ibéricos. Portanto, apesar das concepções etnológicas da primeira modernidade serem tributárias do “pensamento patrístico”, elas se vinculam à experiência estatal moderna. Neste sentido, nas palavras do autor, a sujeição política foi a tônica dominante do fenômeno da mundialização.

Fernando Bouza analisa os debates gerados no século XVII a respeito das potencialidades da exploração comercial da erva-mate (*Ilex Paraguaienseis*). Sua pesquisa permite acompanhar as discussões que pautaram a construção de saberes locais na América do Sul na primeira metade do seiscentos. No memorial enviado ao rei Felipe IV, pelo fray agostinho Gonzalo del Valle, em 1637, onde consta a sugestão de introduzir uma nova taxa sobre o consumo da erva mate paraguaia, – é possível compreender as estratégias presentes na tomada de decisão pelo governo espanhol e os critérios adotados nos assuntos referentes as Índias ocidentais. Bouza trabalha com documentos inéditos a respeito da produção, distribuição e consumo de erva mate nas colônias espanholas até sua eventual chegada na corte espanhola. A discussão reporta a um debate intelectual travado entre sujeitos que ocupavam posições de destaque tanto na Península Ibérica como na América, gerando uma circulação de saberes entre as duas margens do Atlântico, tema que evidencia as conexões entre o Velho e o Novo mundo.

Fábio Kuhn trabalha com a construção da hegemonia portuguesa no contrabando de escravos para o rio da Prata durante a primeira metade o século XVIII. Enquanto que entre 1715 e 1730, os contrabandistas luso-brasileiros atuaram a partir da Colônia de Sacramento, afrontando diretamente os interesses britânicos estabelecidos em Buenos Aires, após essa conjuntura, e por conta de mudanças no contexto político e da nova guerra anglo-espanhola

que interrompeu as operações da *South Sea Company* no rio da Prata, o predomínio lusitano consolidou-se. Os traficantes luso-brasileiros passaram a tomar conta do negócio negreiro estabelecendo as conexões atlânticas necessárias para formação de uma rede de agentes envolvidos no comércio ilícito de cativos. O contrabando trans-imperial de escravos conectou os traficantes luso-brasileiros que operavam na Colônia do Sacramento aos dois principais portos negreiros da América portuguesa (Rio de Janeiro e Salvador). Tais negócios foram fundamentais no desenvolvimento econômico e social da região platina, aproximando mais ainda os interesses dos colonos tanto do lado português quanto do lado espanhol das fronteiras imperiais.

A presença de comerciantes estadunidenses no Rio da Prata entre a última década do século XVIII e o fim do período das independências na América do Sul é o objeto do artigo de Fabrício Prado. Normalmente negligenciada por historiadores em detrimento de análises da consolidação dos laços comerciais entre os países sul-americanos e o império britânico, a presença comercial norte-americana, de acordo com Prado, se estabeleceu através de redes construídas no contexto do domínio colonial ibérico na região do Prata e se reconfigurou de acordo com as mudanças políticas, entre elas a invasão de Napoleão à Espanha, a subsequente tomada de Montevideú e Buenos Aires pelos ingleses nos primeiros anos do oitocentos, o período das guerras revolucionárias e, no caso de Montevideú, o período Cisplatino. As flutuações das relações entre mercadores norte-americanos e as elites locais são aqui estudadas através da presença de navios estadunidenses na região do Prata.

Finalizando o Dossiê, Jonas Vargas estuda a importância da Irlanda na produção e no comércio atlântico das carnes preparadas nos séculos XVII e XVIII e de como tal êxito serviu de modelo para as Coroas ibéricas incentivarem a criação das suas próprias fábricas de carnes em barris no sul da América. Apesar da vinda de mestres irlandeses para as principais cidades da região, as tentativas foram frustradas e um outro tipo de carne, mais simples e de qualidade inferior (e que já era do conhecimento dos indígenas americanos), acabou vingando. O charque (que no Rio da Prata era conhecido como *tasajo*) trouxe grande riqueza para os investidores de Pelotas,

Montevidéo e Buenos Aires e teve uma função primordial no interior dos sistemas econômicos que caracterizaram o mundo atlântico no colonial tardio, pois fomentou a entrada de escravos africanos para trabalharem nas fábricas, abasteceu as plantations açucareiras e cafeeiras do Atlântico e garantiu a alimentação da tripulação dos navios negreiros.

Boa leitura!